

Privatização, saída para cobrir rombos

BRASÍLIA — Privatização é a saída imaginada pelo Governo para reduzir o tamanho do seu passivo. Para isso, ele se dispôs a trocar dívida por patrimônio, como qualquer pessoa que deseja se livrar do assédio dos credores.

— Vendendo patrimônio, o Governo reduz seu passivo e ganha mais flexibilidade para a política econômica — diz José Cechin.

A chamada “dívida securitizada do Tesouro” reúne as dívidas da União vencidas e não pagas, que podem ser usadas nos leilões de privatização. São as chamadas “moedas podres”.

— É como se fossem notas promissórias do Tesouro — compara Cechin.

Segundo o secretário, cerca de R\$ 8,5 bilhões dessa conta, de R\$ 14 bilhões, já foram usados no programa de privatização. O Governo quer incluir dois outros passivos: o empréstimo compulsório de 1986 e as dívidas com o Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS).

Desde 1993 tramita no Congresso um projeto que permite o uso do empréstimo compulsório na privatização. Segundo Cechin, são R\$ 7 bilhões.

A dívida com o FCVS decorre da generosidade do Governo com parte da classe média, que comprou casa própria pelo SFH antes de 1990. O FCVS cobriu a diferença entre as prestações, corrigidas de acordo com os salários, abaixo da inflação, e o saldo devedor dos financiamentos, que incorporou a inflação integral. Segundo Cechin, já venceram R\$ 4 bilhões do total de R\$ 12 bilhões.